

A segurança alimentar como estratégia de Estado: o caso da China Contemporânea

Mariana Araujo Matos¹, Felipe Gouvêa Pena²

¹*Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), Belo Horizonte, Brasil
(mariana2003matos@gmail.com)*

²*Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), Belo Horizonte, Brasil*

Resumo: O presente trabalho analisa a segurança alimentar como mecanismo de sobrevivência regimental e legitimação política na China contemporânea. Diante do paradoxo de alimentar 18% da população mundial com 7% das terras aráveis do planeta, o Partido-Estado elevou o abastecimento agroalimentar ao estatuto de pilar de alta política. Sob as lentes da Teoria do Realismo Moral e do conceito de *Food Power*, a pesquisa examina a transição da tradicional "questão agrária" para uma complexa engenharia agroalimentar de fronteira biotecnológica. Conclui-se que o controle estratégico das cadeias logísticas globais e a salvaguarda do solo doméstico funcionam como blindagem contra cercamentos geopolíticos, constituindo o vetor indispensável para a estabilidade e longevidade do regime.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Food power; China contemporânea.

INTRODUÇÃO

A trajetória da República Popular da China, desde a sua fundação em 1949, é indissociável da gestão estratégica de suas terras e da capacidade de prover subsistência a uma população que representa aproximadamente 18% do total mundial. O país enfrenta um desafio geográfico e estrutural significativo: alimentar cerca de 1,4 bilhão de pessoas, detendo apenas 7% das terras aráveis do planeta (FAO, 2026; NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, 2026). Esse desequilíbrio entre população e recursos naturais historicamente condicionou a formulação de políticas agrárias e alimentares, elevando a segurança alimentar ao status de questão estratégica para o Estado chinês.

Esse cenário foi intensificado por eventos históricos críticos, especialmente a Grande Fome ocorrida entre 1958 e 1961, durante o período do Grande Salto Adiante. O episódio, associado a falhas institucionais e políticas de coletivização, resultou em uma crise humanitária de grandes proporções, impactando profundamente a percepção das lideranças do Partido Comunista Chinês (PCC) sobre os riscos da insegurança alimentar (SMIL, 1999). A partir desse momento, a garantia do abastecimento deixou de ser apenas uma política setorial e passou a constituir um elemento central para a estabilidade política e social do regime.

Com o início das reformas econômicas a partir de 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, a China promoveu uma reestruturação significativa de seu

modelo agrícola, transitando de um sistema baseado na coletivização para um modelo híbrido que combinava planejamento estatal e mecanismos de mercado. Nesse contexto, a agricultura passou a desempenhar papel estratégico não apenas na produção de alimentos, mas também na sustentação do crescimento econômico, da urbanização e da estabilidade interna (LAUDARES; GOMES, 2024). Paralelamente, políticas como a "Linha Vermelha da Terra Arável" foram implementadas com o objetivo de preservar a capacidade produtiva nacional e reduzir a dependência externa em alimentos, considerada uma vulnerabilidade geopolítica (CGTN, 2025).

No âmbito dessas transformações, destaca-se a criação do Programa Cesta de Vegetais, em 1988, que representa uma ampliação do conceito de segurança alimentar ao incorporar a dimensão da qualidade e da diversidade nutricional. Diferentemente de políticas centradas exclusivamente na produção de grãos, o programa busca garantir o abastecimento de produtos perecíveis, como carnes e hortaliças, especialmente em áreas urbanas, contribuindo para a estabilidade de preços e para o bem-estar da população (THEORY CHINA, 2023). A implementação de mecanismos logísticos e institucionais, como os chamados "Canais Verdes", evidencia o papel do Estado na coordenação do sistema alimentar e na mitigação de riscos de desabastecimento (CUNHA, 2022; XIAO; ZHANG, 2022).

Diante desse contexto, a segurança alimentar na China pode ser compreendida não apenas como uma política



pública voltada ao abastecimento, mas como um instrumento de governança e legitimação política. A capacidade do Estado de assegurar o acesso contínuo a alimentos, controlar preços e evitar crises de abastecimento configura-se como um elemento relevante para a manutenção da estabilidade social e da confiança da população nas instituições estatais (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2024). Nesse sentido, este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a evolução da política agrária chinesa, entre 1949 e a contemporaneidade, contribuiu para transformar a segurança alimentar em um pilar da legitimidade política do Partido Comunista Chinês, culminando em políticas como o Programa Cesta de Vegetais?

O objetivo geral consiste em analisar a trajetória histórica das políticas agrárias na China, identificando como a garantia da segurança alimentar foi incorporada como estratégia de manutenção da estabilidade interna e do poder político. A relevância deste estudo reside na compreensão de como políticas de abastecimento alimentar podem transcender sua dimensão econômica e assumir funções políticas e estratégicas no contexto das Relações Internacionais. No caso chinês, a articulação entre produção agrícola, governança estatal e estabilidade social evidencia a centralidade da segurança alimentar na construção e manutenção da legitimidade do regime, bem como na projeção de poder no cenário internacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O crescimento econômico da China atual, que teve início no último quarto do século XX, é um dos fenômenos mais notáveis e discutidos da história econômica mundial. Distante de adotar as prescrições inflexíveis do liberalismo ocidental, a planejada transição para o modelo de economia socialista de mercado revelou-se indispensável para a firmeza da estabilidade interna e para a obtenção de êxito na sua internacionalização (LAUDARES; GOMES, 2024). Esse processo, impulsionado pelas reformas institucionais de 1978 sob a liderança de Deng Xiaoping, deu ao setor agrícola um papel primordial e profundamente estratégico na reconfiguração das relações de produção no campo (SPERANCETE, 2021). Assim, a coordenação e o controle estatal intensos — traços estruturais que, historicamente, antecedem até mesmo o próprio período socialista (BARBOSA apud SANTOS, 2021) — foram o que possibilitou ao país manter taxas elevadas de crescimento, lastreadas em um sólido planejamento de longo prazo (FLEIDER; OLIVEIRA, 2024).

Um micro fundamento desse modelo de desenvolvimento reside na capacidade do Partido-Estado de orquestrar as forças de mercado e evitar riscos macroeconômicos, de modo que setores essenciais de subsistência não se tornem

completamente vulneráveis às oscilações do capitalismo (COSTA, 2025). O planejamento estatal, portanto, cumpre um papel central na governança, agindo com rigor para prevenir crises de desabastecimento e conflitos sociais que ameacem a legitimidade política e a própria continuidade do regime (FLEIDER; OLIVEIRA, 2024). A produção, a distribuição e o acesso aos recursos agrícolas deixam de ser uma atividade meramente econômica e passam a figurar como um pilar de segurança nacional. Essa necessidade imperiosa de prover as demandas básicas da população resgata a dimensão ética, humana e geopolítica que envolve os recursos de subsistência global.

O alimento é um direito de todo ser humano e não mera mercadoria da qual busca-se apenas extrair lucros. A fome é um problema social que afeta milhões diariamente ao redor do mundo (DENNY, 2017). Diante dessa problemática criam-se conceitos importantes, são eles: segurança alimentar, soberania alimentar e a geopolítica de alimentos. No contexto da China contemporânea, a operacionalização desses conceitos ganha contornos eminentemente estratégicos. Ao modernizar a sua base agrícola e assegurar o controle sobre as cadeias produtivas internas nas últimas décadas, o Estado chinês não buscou apenas o crescimento setorial, mas sim blindar a sua soberania contrapressões e vulnerabilidades do cenário internacional (LAUDARES; GOMES, 2024). Portanto, a análise do caso chinês exige compreender que a gestão dos recursos agroalimentares está umbilicalmente ligada à manutenção do poder central, funcionando a segurança alimentar não apenas como uma meta de bem-estar social, mas primordialmente como um mecanismo político indispensável de sobrevivência regimental.

Segurança e soberania alimentar

O conceito de segurança alimentar surge no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando as políticas agrícolas de diversos países começaram a priorizar o aumento da produção e a garantia do abastecimento de alimentos, frequentemente por meio de políticas de incentivo à produção, criação de estoques públicos e regulação dos mercados (MARQUES, 2010). Assim, a segurança alimentar estava, inicialmente, relacionada à habilidade de um país ou região em assegurar uma oferta adequada de alimentos a preços acessíveis. Com o tempo, o conceito começou a incluir outros aspectos, como a acessibilidade econômica dos alimentos, a qualidade nutricional e a estabilidade do fornecimento (BERTOLINI, REIS NETO, 2022). No entanto, o termo é ambíguo, pois pode ser usado tanto para justificar políticas de proteção da produção nacional quanto para apoiar a liberalização do comércio internacional de alimentos (BERTOLINI, REIS NETO, 2022).



A soberania alimentar defende que os povos e Estados tenham o direito de estabelecer suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com foco na produção local de alimentos e no fortalecimento da agricultura familiar (FIGUEIREDO, DE PAULA, 2020). Ademais, a soberania alimentar está ligada à promoção de práticas agrícolas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento dos mercados locais. Nesse contexto, ela procura criar sistemas alimentares que incorporem aspectos sociais, ambientais e econômicos, reconhecendo a diversidade cultural e produtiva das áreas rurais (FIGUEIREDO, DE PAULA, 2020). Além disso, a proposta garante que os agricultores tenham acesso à terra, água, sementes e crédito, além de garantir que a população participe das decisões sobre políticas alimentares (FIGUEIREDO, DE PAULA, 2020).

Do ponto de vista das Relações Internacionais, a segurança alimentar vai além do aspecto técnico e se torna crucial para a estratégia de sobrevivência do Estado. Bertolini e Reis Neto (2022) afirmam que as políticas de abastecimento devem ser vistas como instrumentos de segurança nacional, já que a vulnerabilidade alimentar pode ameaçar a estabilidade política interna. Historicamente, a construção dos sistemas alimentares globais que conhecemos hoje resulta da sucessão de regimes alimentares que, desde a Revolução Agrícola, vêm reconfigurando territórios e relações sociais em torno da produção de alimentos. Segundo Valério (2021), esses “impérios alimentares” funcionam por meio da concentração de terra, tecnologia e cadeias logísticas, impondo padrões de consumo e excluindo modos de produção tradicionais. A soberania alimentar, por sua vez, emerge como uma resposta a esse fenômeno, com o objetivo de recuperar a autonomia local e a diversidade na produção.

Para além da questão externa, a segurança alimentar é, sobretudo, o resultado da articulação entre o rural e o urbano. A literatura recente aponta que o desenvolvimento financeiro, aliado à atualização das reformas agrícolas, é fundamental para que o crescimento econômico se converta em uma real disponibilidade de produtos nas mesas dos cidadãos (LAUDARES; GOMES, 2024). A diminuição das disparidades entre campo e cidade, segundo Chen e Yu (2024), reforça a rede de seguridade, de modo que as crises globais afetam menos o mercado interno.

Geopolítica de alimentos / “food power”

A geopolítica alimentar examina como o domínio e a circulação de alimentos se transformam em ferramentas de poder e influência entre os países. A ascensão de nações populosas com capacidade restrita para ampliar sua produção agrícola coloca os alimentos no foco do cenário geopolítico, da mesma forma que o petróleo ocupou no passado (BERTOLINI, REIS NETO, 2022). O termo “Food

Power” diz respeito à habilidade de um país em empregar o domínio sobre a produção, distribuição e acesso aos alimentos para influenciar as ações de outros agentes internacionais (BORRELL, 2021). Essa influência pode ocorrer de duas maneiras principais: como armas (impondo sanções, embargos ou criando dependência para exercer coerção) ou como instrumento diplomático (oferecendo acesso privilegiado a mercados ou assistência alimentar como moeda de troca em negociações geopolíticas) (BERTOLINI, REIS NETO, 2022). A história do sistema alimentar contemporâneo é caracterizada por ocasiões em que potências dominantes utilizam a comida como ferramenta para fortalecer seu controle.

A evolução histórica deste sistema é estruturada por aquilo que Philip McMichael cunhou como “Regimes Alimentares”, os quais delimitam os períodos em que a produção e a circulação de alimentos se alinham às formas hegemônicas de acumulação de capital e de poder geopolítico mundial. Durante o segundo regime alimentar (1950-1970), os Estados Unidos converteram seus excedentes agrícolas, fruto de políticas protecionistas, em uma eficaz ferramenta da Guerra Fria (FIGUEIREDO, DE PAULA, 2020). Nesse cenário, a ajuda alimentar atuava como uma arma silenciosa, desestabilizando economias rurais e permitindo a expansão do modelo agroindustrial americano (FRANÇA, 2019). A transição para o final do século XX, por sua vez, consolidou o chamado Terceiro Regime Alimentar, de caráter marcadamente Corporativo e Neoliberal (McMICHAEL, 2009), caracterizado pela globalização das cadeias de valor e pela transferência do controle da segurança alimentar dos Estados soberanos para grandes corporações multinacionais privadas, as quais passaram a monopolizar os mercados de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas e patentes biotecnológicas.

Sob este ecossistema corporativo, as organizações internacionais e os tratados comerciais frequentemente impõem uma condição às políticas domésticas de estoques públicos e subsídios à agricultura familiar: que não se coloquem em risco os interesses das grandes corporações do agronegócio. Segundo Denny et al. (2017), organismos como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional comprometem a autonomia das nações em termos de políticas alimentares, questionando a segurança e a soberania alimentar dos países em desenvolvimento. A relação entre segurança e soberania também é tensionada pela estrutura do regime alimentar neoliberal. De acordo com Silva (2025), a integração de grandes mercados dentro de organizações de comércio global frequentemente vem acompanhada de regras que favorecem a exportação em detrimento do consumo interno, o que pode tornar a resiliência produtiva de países em desenvolvimento mais fraca.



Diante dessas regras e pressões do mercado global, a China contemporânea estruturou uma contraofensiva estratégica. Ao perceber que o Terceiro Regime Alimentar é governado por dinâmicas de poder e agentes estritamente ocidentais, o Partido-Estado chinês recusou-se a assumir uma postura passiva de subordinação ou dependência de mercado. Em vez disso, o governo central utilizou o seu planejamento estatal de longo prazo para blindar o setor agrícola doméstico e, simultaneamente, criar as suas próprias corporações estatais transnacionais, as chamadas "campeãs nacionais" do agronegócio, como a COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation) (FLEIDER; OLIVEIRA, 2024). Através deste mecanismo de internacionalização ativa, a China passou a disputar diretamente o controle das cadeias globais de suprimentos, garantindo o seu próprio abastecimento fora das amarras institucionais tradicionais do Ocidente (LAUDARES; GOMES, 2024).

Esta atuação proativa reconfigura as formas tradicionais de manifestação do Food Power na arena internacional, demonstrando que esta ferramenta funciona, no contexto chinês, numa via de dupla face: uma dimensão defensiva e outra ofensiva. Sob a perspectiva defensiva (Food Power como Vulnerabilidade), o regime de Pequim compreende que a sua imensa densidade demográfica constitui um gargalo geopolítico sensível. A liderança chinesa teme que cenários de escalada de tensões internacionais — como um eventual conflito no Estreito de Taiwan — resultem em sanções severas ou embargos alimentares marítimos coordenados por potências rivais. Logo, a busca rigorosa pela autossuficiência em grãos fundamentais para a subsistência (como o arroz e o trigo) funciona como uma blindagem soberana contra o uso do alimento como arma de coerção econômica por parte de outros atores (BORRELL, 2021). Por outro lado, sob a perspectiva ofensiva (Food Power como Projeção), a China instrumentaliza a sua própria capacidade econômica para construir canais de influência global. Através de investimentos massivos em infraestruturas logísticas, aquisição de terras e parcerias comerciais estratégicas na América Latina e em África — profundamente integrados na iniciativa da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative) —, o Estado chinês não assegura apenas o escoamento estável de commodities agrícolas para o seu território, mas também cria laços de dependência mútua e alinhamento diplomático com o Sul Global (COSTA, 2025).

A construção da soberania alimentar atua como uma proteção contra o "Food Power", além de ser uma estratégia para evitar conflitos e preservar a estabilidade política (MARTINS, 2024; BORRELL, 2021). Nesse contexto, a proteção contrapressões externas passa a ser não apenas uma estratégia

defensiva, mas o fundamento da governança doméstica. Para entender como essa segurança resulta em longevidade política, é necessário recorrer à teoria do Realismo Moral, que desloca o foco da força bruta para a legitimidade do Estado perante sua população. Sob esta perspectiva teórica, a capacidade do soberano em garantir as necessidades vitais dos governados — como o acesso ininterrupto ao alimento — constitui a base da sua autoridade moral e retidão política. Assim, no contexto de regimes de partido único, a segurança alimentar deixa de ser uma mera meta econômica setorial e assume o estatuto de imperativo categórico para a própria legitimação, estabilidade e sobrevivência das estruturas de poder do regime.

Realismo moral

O Realismo Moral se concentra em entender por que alguns estados conseguem substituir a liderança de um estado dominante, levando em conta que a moralidade é tão fundamental para a formulação de políticas quanto poder, capacidade e interesse. Essa moralidade está ligada a uma "moralidade instrumental", na qual os valores morais são empregados de forma estratégica para justificar e guiar decisões políticas voltadas à conquista e preservação do poder. A procura por recursos no Realismo Moral é entendida como um componente do exercício pragmático da moralidade, visando atingir e manter o interesse maximalista do Estado no cenário internacional (ACHARYA, 2019).

A segurança e a soberania alimentar podem estar ligadas à procura por recursos estratégicos fundamentais para preservar o poder, a estabilidade interna e a posição hegemônica de um país. Ao longo da história, o governo chinês vinculou a segurança alimentar principalmente à autossuficiência na produção de grãos, sobretudo arroz, trigo e milho, considerados produtos estratégicos para o consumo interno. Esse enfoque é comumente representado pelo termo Liang Shi an Quan, que se traduz como "segurança de grãos". Isso reflete a importância atribuída à produção interna para evitar a dependência de fontes externas (SILVA, 2025). Yan acredita que a manutenção da estabilidade e do poder do Estado depende da habilidade do governo em garantir segurança aos seus cidadãos, o que inclui o fornecimento de alimentos e recursos fundamentais. Isso está alinhado com a ideia de "moralidade governamental", na qual o governo tem obrigações para com seu povo, fortalecendo sua legitimidade (ACHARYA, 2019). A moralidade em políticas internas, como as que envolvem segurança e soberania alimentar, é utilizada para legitimar a liderança e prevenir instabilidades que possam enfraquecer a autoridade do Estado.

A política agrária da China, ao garantir a produção agrícola e o abastecimento alimentar da população,



representa uma manifestação concreta dessa "moralidade instrumental" para preservar a estabilidade interna e a legitimidade política do Partido Comunista Chinês. Sob a perspectiva do Realismo Moral, a política agrária — que abrange reforma agrária, controle do uso da terra, subsídios e modernização agrícola — pode ser entendida como um instrumento para fortalecer o país internamente, ampliando sua habilidade de resistir a pressões externas e assegurando a soberania alimentar. Essa política não é somente uma questão econômica ou social interna, mas também uma estratégia para a China se posicionar no cenário internacional (ACHARYA, 2019).

A política agrária da China busca a soberania alimentar como forma de garantir a segurança alimentar. O governo considera a dependência excessiva de importações uma fraqueza geopolítica (MUNIZ, 2015). A China busca assegurar que sua população não seja refém das oscilações e pressões do mercado global (MUNIZ, 2015). A China não se contenta apenas em prover alimentos para sua população (assegurando a legitimidade do desempenho do PCC); ela busca garantir que ninguém tenha a capacidade de esvaziar esse prato (MUNIZ, 2015). Ao buscar incessantemente a autossuficiência em grãos básicos e o controle sobre as fontes de importação, demonstra que o Estado vê os alimentos não só como uma commodity, mas também como um ativo estratégico fundamental na disputa geopolítica (SILVA, 2025). As orientações do "Documento Central n.º 1" de 2026, que têm como objetivo proteger a segurança alimentar do país por meio da modernização da agricultura e revitalização rural, representam a expressão prática dessa busca por soberania.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, adequada à análise de fenômenos complexos de natureza política e histórica, como a relação entre segurança alimentar e legitimidade estatal no contexto chinês. Conforme argumentam autores da metodologia científica, a abordagem qualitativa permite compreender processos sociais, institucionais e políticos em profundidade, especialmente quando se busca interpretar relações de poder e construção de legitimidade (GIL, 2008). No que se refere aos procedimentos metodológicos, o trabalho fundamenta-se no método histórico-comparativo, o qual possibilita analisar a evolução das políticas agrárias chinesas ao longo do tempo, identificando continuidades, rupturas e adaptações institucionais. Esse método é particularmente adequado para investigações em Relações Internacionais, pois permite compreender como diferentes contextos

históricos influenciam a formulação de políticas públicas e estratégias estatais.

Para operacionalizar essa análise, o estudo estabelece dois recortes temporais principais. O primeiro compreende o período entre 1949 e 1978, marcado pela coletivização agrícola e pelas políticas maoístas, incluindo o episódio da Grande Fome. O segundo recorte abrange o período de 1978 até a contemporaneidade, com ênfase nas reformas econômicas, na modernização do setor agrícola e na consolidação da segurança alimentar como estratégia de estabilidade política. A comparação entre esses períodos permite identificar a transição de um modelo centrado na subsistência para um modelo orientado à eficiência produtiva, diversidade alimentar e estabilidade social. Além disso, a pesquisa utiliza o método de estudo de caso, tendo como objeto empírico o Programa Cesta de Vegetais (Cǎilánzi Gōngchéng). De acordo com Yin (2015), o estudo de caso é apropriado quando se pretende analisar fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Nesse sentido, o programa é analisado como uma política pública concreta que materializa a estratégia estatal de garantia do abastecimento urbano e estabilidade de preços.

A análise do estudo de caso será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, com base em categorias previamente definidas, tais como: segurança alimentar, autossuficiência, estabilidade social, legitimidade política e governança local. Essas categorias orientam a leitura e interpretação dos documentos, permitindo identificar padrões discursivos e diretrizes estratégicas presentes nas políticas públicas chinesas. No que tange à coleta de dados, a pesquisa baseia-se em três tipos principais de fontes. Em primeiro lugar, são analisados documentos oficiais do governo chinês, incluindo Livros Brancos sobre segurança alimentar, Planos Quinquenais e o Documento Central n.º 1, considerados fundamentais para compreender as diretrizes estratégicas do Estado. Em segundo lugar, são utilizados dados e relatórios de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de contextualizar a posição da China no sistema alimentar global.

Por fim, realiza-se uma revisão bibliográfica da literatura acadêmica especializada, contemplando estudos sobre geopolítica alimentar, economia política chinesa e teorias das Relações Internacionais. A análise dos dados será realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre as transformações da política agrária chinesa e a construção da legitimidade política do Partido Comunista Chinês. Dessa forma, o estudo não se



limita à descrição das políticas públicas, mas procura compreender seus efeitos políticos e estratégicos, especialmente no que diz respeito à manutenção da estabilidade social e à consolidação do poder estatal. Por fim, reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações inerentes ao uso de fontes documentais e institucionais, especialmente no que se refere a possíveis vieses presentes em documentos oficiais. No entanto, a triangulação entre fontes governamentais, dados internacionais e literatura acadêmica contribui para aumentar a confiabilidade da análise e reduzir possíveis distorções interpretativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fundação e a coletivização (1949 – 1976)

A ascensão do Partido ao poder em 1949 foi cimentada por um pacto de legitimidade moral com os camponeses, baseado na promessa de soberania sobre a terra. A reforma agrária, sob a liderança de Mao Zedong, funcionou como um instrumento de soberania alimentar, restituindo ao agricultor local o domínio sobre seus meios de subsistência (FIGUEIREDO; DE PAULA, 2021). Contudo, a rápida transição para a posse coletiva e a criação das comunas populares converteram esse direito em uma iniciativa de centralização do Estado. Assim, o controle da produção agrícola passou a ser visto como a principal base de Food Power: a habilidade do Estado em estruturar a oferta de alimentos para viabilizar a industrialização e, ao mesmo tempo, proteger o país de influências externas (BORRELL, 2021).

O "Grande Salto Adiante" e a subsequente "Grande Fome" representam o momento de maior tensão entre as ambições geopolíticas e a realidade produtiva. Em 1958, Mao Zedong lançou o Grande Salto Adiante, um esforço radical para acelerar a transição para o socialismo e transformar a China em uma potência industrial. Através da criação das Comunas Populares, a propriedade privada foi abolida e o controle sobre a produção agrícola passou a ser visto como a fonte primária de Food Power: a capacidade do Estado de organizar a oferta de alimentos para sustentar a industrialização urbana e blindar o país contra pressões externas (BORRELL, 2021). Nesse contexto, a produção de grãos foi tratada como uma "arma" geopolítica. Entretanto, a desarticulação técnica — onde camponeses foram desviados para a produção rudimentar de aço e as cotas de produção eram infladas por oficiais locais — gerou um descompasso catastrófico entre o discurso político e a realidade produtiva.

Sob a perspectiva da Teoria do Realismo Moral, tal como discutida por Acharya (2019) e Alves (2023), a autoridade política de um regime está intrinsecamente ligada à sua capacidade de exercer uma liderança "moral", que no contexto agrário traduz-se na responsabilidade ética de prover o sustento básico à

população. A falha catastrófica desse período não foi apenas econômica, mas uma crise de legitimidade moral. Para o Realismo Moral, o poder material (o controle das terras e grãos) deve ser equilibrado com a eficácia governamental; quando o Estado falha em proteger a vida biológica de seus cidadãos, ele compromete sua própria resiliência institucional. O colapso desse modelo resultou na Grande Fome Chinesa (1959-1961). Segundo Smil (1999), este período representou uma das maiores tragédias humanitárias do século XX, com milhões de vítimas decorrentes de uma combinação de desastres naturais e, fundamentalmente, erros de gestão centralizada.

Essa experiência traumática ressignificou a segurança alimentar, elevando-a ao status de "obsessão" e pilar inegociável da segurança do Estado. De acordo com Bertolini e Reis Neto (2022), a política de abastecimento deixou de ser uma variável setorial para tornar-se uma estratégia de alta política (high politics). A compreensão de que a fome poderia levar à desestabilização interna forçou o Estado a adotar uma postura de realismo pragmático: a estabilidade doméstica passou a ser a pré-condição para qualquer projeção de poder internacional. Assim, o controle absoluto sobre o fornecimento de produtos agrícolas essenciais tornou-se a "rede de seguridade social" mais forte do país (XINHUA, 2022).

A radicalização ideológica que caracterizou a última década deste período, marcada pela eclosão da Revolução Cultural Chinesa (1966–1976), aprofundou as tensões na governança rural e adicionou novas camadas de complexidade à busca por estabilidade material. Sob o pretexto de purificar o Partido de elementos revisionistas, Mao Zedong desencadeou um processo de mobilização de massas que paralisou os centros urbanos e administrativos, transferindo o foco de desenvolvimento da eficiência técnica para a pureza ideológica (SPERANCETE, 2021). No campo, a retórica política traduziu-se na campanha nacional "Aprender com Dazhai na Agricultura", que idealizava uma brigada de produção baseada no auto sacrifício, no igualitarismo radical e na autossuficiência local absoluta. Sob a ótica da Teoria dos Regimes Alimentares, essa política representou um fechamento autárquico da China contra as dinâmicas de mercado que começavam a se desenhar globalmente, forçando as províncias a se tornarem unidades produtivas isoladas (McMICHAEL, 2009).

Embora a Revolução Cultural tenha evitado um colapso generalizado de desabastecimento nas dimensões da Grande Fome graças à manutenção da estrutura básica de subsistência das comunas, a desorganização institucional minou o avanço biotecnológico e a modernização logística do setor agrícola. O imperativo de colocar a ideologia em comando em detrimento do conhecimento científico



resultou no fechamento temporário de universidades agrárias e na perseguição de quadros técnicos, gerando uma estagnação da produtividade por hectare em um período de forte crescimento demográfico (SANTOS, 2021). Analisado pelo prisma do Realismo Moral, esse cenário expôs um novo descompasso na legitimidade do regime: enquanto o Partido-Estado exigia o alinhamento ideológico absoluto da população, a sua autoridade moral era tensionada pela incapacidade estrutural de diversificar a dieta e elevar o padrão de vida material de uma sociedade predominantemente rural e empobrecida (COSTA, 2025; FLEIDER; OLIVEIRA, 2024)

A análise desse período, através do método de estudo de caso proposto por Yin (2015), permite identificar como as lições da coletivização moldaram a governança econômica das décadas seguintes. O trauma da fome institucionalizou a necessidade de autossuficiência, onde o Estado busca "manter o controle total sobre seu próprio suprimento de alimentos" (THEORY CHINA, 2023). Portanto, a transição da coletivização para as reformas posteriores não foi apenas uma mudança de modelo econômico, mas uma readequação da estratégia de Food Power para garantir que o país nunca mais ficasse vulnerável a crises globais ou colapsos internos de abastecimento (XIAO; ZHANG, 2022). Ao aplicar as técnicas de pesquisa social de Gil (2008), observa-se que o período 1949-1976 estabeleceu as bases de uma "geopolítica da sobrevivência". A integração entre a necessidade material de grãos e a obrigação moral de estabilidade criou um modelo de segurança alimentar único, no qual a produção agrícola é indissociável da soberania nacional e da permanência do poder político (MUNIZ, 2015; RIBEIRO, 2020).

A grande virada: reformas de Deng Xiaoping (1978 – 2000)

A ascensão de Deng Xiaoping em 1978 marca o início de um realinhamento estratégico que resgatou a China do caos socioeconômico herdado da Revolução Cultural. Sob a ótica metodológica do estudo de caso (YIN, 2015), este período representa uma transição crítica: a mudança de uma gestão agrária baseada na coerção ideológica para um modelo de realismo pragmático. A premissa era clara: para garantir a segurança do Estado, a produção de alimentos precisava, antes de tudo, ser eficiente. Um dos pontos de maior sofisticação das reformas de 1978 foi a manutenção da soberania nacional através da propriedade da terra, enquanto se delega a busca pela eficiência ao mercado. Ao contrário das transições para o capitalismo em outros contextos, a China não privatizou o solo. De acordo com Figueiredo e Paula (2021), o Estado manteve o título da terra como um ativo estratégico inalienável, garantindo que o controle último sobre o território e a produção permanecesse sob o comando central.

Implementado no final da década de 1970, o sistema de responsabilidade familiar foi a "pedra fundamental" das reformas de Deng Xiaoping. Ele resolveu o problema de incentivo que assolava as comunas maoístas: o descompasso entre o esforço individual e a recompensa coletiva. Essa arquitetura híbrida assegurou que o país não perdesse sua base de soberania alimentar para interesses privados ou estrangeiros, enquanto utilizava o incentivo ao lucro para resolver os gargalos de desabastecimento que o modelo de coletivização total não conseguia superar (PEREIRA, 2021; LAUDARES et al., 2024). Sob a lente do Realismo Moral, o PCC compreendeu que a legitimidade revolucionária de 1949 havia sido desgastada pelas falhas catastróficas do Grande Salto Adiante e pela instabilidade da Revolução Cultural. A "Grande Virada" instituiu o que a literatura contemporânea chama de legitimidade por desempenho (performance-based legitimacy). Ao resolver o problema da fome, o Partido reconquistou o "direito de governar" perante a base camponesa e a crescente população urbana (ACHARYA, 2019; ALVES, 2023). Como sustenta Cunha (2022), a resiliência do sistema político chinês passou a depender da eficácia governamental em prover estabilidade material; a "moralidade" do governante, portanto, tornou-se indissociável da capacidade de garantir a segurança alimentar contínua e a redução da pobreza.

O Vegetable Basket Program (Jingcaizi Gongcheng), instituído originalmente em 1988 e continuamente aprimorado — conforme evidenciado pelas diretrizes de Pequim citadas pela Xinhua (2022) —, marca a evolução da estratégia chinesa de uma segurança calórica de subsistência para uma abordagem de segurança nutricional qualitativa (ZHONG et al., 2019). No âmago desta política reside a compreensão de que o desabastecimento ou a volatilidade dos preços de produtos "não-grãos" — como vegetais, carnes, ovos e laticínios — representam riscos agudos à estabilidade política em um cenário de urbanização acelerada. De acordo com Bertolini e Reis Neto (2022), essa preocupação elevou o abastecimento municipal ao status de alta política (high politics), consolidando uma estrutura de governança descentralizada onde a responsabilidade é delegada diretamente aos prefeitos. Sob esta ótica, a eficácia na manutenção da "cesta de vegetais" local tornou-se um indicador de desempenho político, vinculando a competência administrativa à preservação da ordem social.

Para sustentar tal modelo, o Estado institucionalizou um complexo sistema de inovação e logística que inclui a criação de zonas de produção periféricas (cinturões verdes) e investimentos massivos em infraestrutura de cadeias de frio para redução do desperdício (ZHONG et al., 2019).



Complementarmente, a manutenção de reservas estratégicas, especialmente de carne suína, permite ao governo intervenções rápidas no mercado para estabilizar preços em períodos de crise (XINHUA, 2022; THEORY CHINA, 2023). Essa orquestração não apenas garante a resiliência institucional do Partido, como também reforça o pacto de legitimidade moral do regime, transformando a segurança alimentar em uma rede de seguridade social robusta e indissociável da soberania nacional (MUNIZ, 2015; CUNHA, 2022).

Modernização e globalização (2001 – presente)

A entrada oficial da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, colocou o Estado chinês diante de um duplo desafio estrutural: por um lado, a necessidade de expor seu intrincado setor agrícola à competição internacional; por outro, a obrigação política de proteger sua soberania alimentar contra as flutuações dos mercados globais de commodities. Ao invés de se render a uma agenda de desregulamentação passiva, o modelo de desenvolvimento da China utilizou uma governança robusta e um planejamento macroeconômico para direcionar as forças de mercado em favor da estabilidade interna (MORAES, 2025). Sob a perspectiva da economia socialista de mercado, a agricultura tornou-se um pilar anticíclico essencial para a internacionalização econômica estável da potência asiática (LAUDARES; GOMES, 2024). Conforme o Realismo Moral (YAN, 2019; ALVES, 2023), Pequim entendeu que tanto a autoridade política quanto a projeção internacional de uma grande potência estão intrinsecamente ligadas à sua solidez e coesão, tanto moral quanto material, em seu interior. Por conseguinte, a segurança alimentar e nutricional da população foi elevada à categoria de uma questão de segurança nacional, inegociável, que atua diretamente na preservação da legitimidade baseada no desempenho e na resiliência institucional do regime (CUNHA, 2022).

Para decifrar essa trajetória, contudo, torna-se necessário romper com a historiografia econômica convencional. Em resposta à abertura competitiva que se seguiu a 2001, a governança rural na China passou por uma transformação significativa: a mudança histórica da tradicional "questão agrária" (focada na redistribuição da terra) para uma complexa "questão agroalimentar" (ESCHER, 2022). Longe de ser um mero produto da urbanização e do processo fabril, a modernização chinesa deve ser interpretada como o resultado de ciclos sucessivos de "Reformas Agrárias Permanentes". Enquanto as análises ocidentais de viés liberal tendem a classificar episódios como o Grande Salto Adiante (1958-1961) como tentativas fracassadas de industrialização siderúrgica rudimentar, a sua leitura à luz da geoeconomia revela rearranjos agrários radicais destinados a extrair o

excedente rural e internalizar a soberania produtiva (SPERANCETE, 2021). O ensinamento que o Partido-Estado colheu dessas experiências traumáticas foi a noção de que a segurança nacional é indissociável do controle institucional sobre o campo (SANTOS, 2021). Assim, a passagem da coletivização maoísta para o Sistema de Responsabilidade Familiar em 1978 não significou um desvio, mas sim uma segunda reforma agrária que aproveitou o dinamismo rural como o motor anticíclico da posterior abertura (LAUDARES; GOMES, 2024). A riqueza da base agrícola passou a ser a condição essencial para que a China se aventurasse na OMC em 2001 sem temer os efeitos predatórios da desregulamentação externa.

No contexto desse ecossistema industrializado, o Programa Cesta de Vegetais foi substancialmente modernizado em termos de regulação e tecnologia. Conforme destacam Liu et al. (2004), o projeto foi reformulado em 2001 para se concentrar em redes interestaduais de alta tecnologia, cadeias de frio controladas e subsídios à mecanização, implementando padrões de produção de alimentos livres de poluição (pollution-free food standards). Fornecer uma oferta ampla, segura e barata nas grandes cidades funcionou como um mecanismo de amortecimento social contra as pressões inflacionárias, reduzindo os riscos de revoltas urbanas. Entretanto, essa sólida maquinaria enfrentou um choque direto com a rápida urbanização e a expansão imobiliária sobre as terras mais férteis do país (CHEN; YU, 2024). Frente a essa dura realidade física, o esgotamento do solo e a diminuição de áreas de cultivo colocaram a sobrevivência do país em risco. Em uma resposta de alta política, o governo central estabeleceu a inflexível "Linha Vermelha" (Red Line) de 120 milhões de hectares como o limite mínimo absoluto e inviolável para garantir a autossuficiência nacional de grãos (LIANG et al., 2022). A defesa dessa barreira, que pune severamente os governos locais que convertem solo agrícola em zonas industriais, expõe a face mais pragmática da sobrevivência regimental, funcionando como a institucionalização jurídica e ecológica de uma reforma agrária de nova geração que impede o progresso imobiliário de devorar o solo essencial do país.

Sob a ótica das Relações Internacionais, a capacidade de o país manter sua estabilidade interna sem gerar dependências crônicas nos mercados globais é a base de sua "ascensão pacífica" (CASTELLI, 2023). Se a base física da Linha Vermelha for rompida, a China tornar-se-á vulnerável a cercamentos geopolíticos e sanções de potências rivais. É por isso que a proteção territorial interna serve como o alicerce para a sua expansão econômica internacional. Sabendo que a autossuficiência total de uma população crescente em renda é inviável devido aos limites geográficos domésticos, o governo chinês concebeu a iniciativa da



Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative - BRI) como a projeção transnacional de sua política de sobrevivência (COSTA, 2025). Ao investir em vastos corredores logísticos, portos e ferrovias no Sul Global, Pequim não busca apenas mercados para suas manufaturas; no âmbito agroalimentar, a Nova Rota da Seda funciona como a internacionalização da própria reforma agrária chinesa. Ao traçar redes de transporte sobre os continentes africano e sul-americano, o país amplia as suas fronteiras agrícolas de suprimento e evita o estrangulamento de cadeias globais, contornando rotas marítimas estrategicamente controláveis por potências ocidentais rivais (LAUDARES; GOMES, 2024).

Portanto, a análise prospectiva da economia chinesa indica que o país está traçando um futuro no qual se posiciona como o centro de uma nova estrutura de globalização descentralizada e focada em suas próprias necessidades estruturais. Através do acoplamento entre o planejamento estatal de longo prazo e a atuação externa de suas corporações transnacionais estatais (FLEIDER; OLIVEIRA, 2024), a China transforma o paradoxo da escassez de suas terras agrícolas em um vetor de poder internacional. A transição planejada de uma economia baseada no catch-up industrial para uma potência de fronteira biotecnológica e de controle logístico global redefine o próprio conceito de hegemonia contemporânea (SPERANCETE, 2021). Em suma, a defesa intransigente da estabilidade interna estabelecida pela Linha Vermelha projeta-se simbioticamente para o exterior na forma de infraestrutura física pela Nova Rota da Seda. Na análise conclusiva desta dinâmica, a segurança alimentar desvela-se na era contemporânea como o próprio coração do projeto de poder de Pequim. Ao amalgamar a soberania territorial interna e a internacionalização logística, o regime não apenas garante a alimentação de sua vasta população, mas constrói a musculatura material necessária para garantir sua longevidade institucional, sua autonomia geopolítica e a própria sobrevivência regimental na geopolítica do século XXI.

CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que, na República Popular da China contemporânea, a segurança alimentar e a gestão estratégica do território transcenderam a dimensão de metas setoriais de mercado para se consolidarem como o próprio núcleo estruturante da estabilidade política e da sobrevivência regimental. O desafio geográfico latente de gerir uma imensa densidade demográfica sob severas restrições de solos férteis e recursos hídricos impôs ao Partido Comunista da China (PCC) a necessidade de edificar uma das mais sofisticadas engenharias de governança agroalimentar do mundo, blindando o país contra as pressões voláteis do

comércio global e contra as assimetrias do sistema internacional.

Por meio do percurso analítico empreendido, demonstrou-se que o sucesso do modelo chinês de desenvolvimento de longo prazo exige uma virada de chave interpretativa na historiografia econômica convencional. Ao invés de ler a trajetória da potência asiática de forma reducionista, focando apenas na urbanização acelerada e no processo fabril, este trabalho comprovou a relevância de interpretar a sua modernização como o produto de ciclos sucessivos de "Reformas Agrárias Permanentes". Sob essa perspectiva inovadora, episódios históricos traumáticos como o Grande Salto Adiante (1958–1961) e a subsequente Grande Fome deixam de ser encarados apenas como experimentos falhos de aceleração industrial siderúrgica; revelam-se, fundamentalmente, como rearranjos agrários radicais e desarticulados voltados a capturar o excedente do campo para internalizar a soberania produtiva do Estado.

À luz da Teoria do Realismo Moral, a autoridade e a perenidade do regime de partido único foram profundamente ressignificadas por essas crises pretéritas. A liderança moral e a legitimidade baseada no desempenho do Partido-Estado passaram a depender intrinsecamente da sua responsabilidade ética e eficácia governamental em prover segurança material contínua à população. Foi essa constatação que orientou a transição para as reformas econômicas de 1978, por meio do Sistema de Responsabilidade Familiar — uma segunda e massiva reforma agrária que descentralizou a produção e utilizou o dinamismo do campesinato como o motor anticíclico crucial para financiar a posterior abertura econômica e conferir estabilidade estrutural para a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Na era da globalização contemporânea, a tradicional "questão agrária" evoluiu de forma sofisticada para uma articulada "questão agroalimentar". Diante do avanço canibal da expansão urbana e imobiliária sobre o meio rural, o Estado chinês institucionalizou a sua reforma agrária de nova geração através do estabelecimento inflexível da "Linha Vermelha" de 120 milhões de hectares de solo arável inviolável. Esta restrição física interna atua de maneira simbiótica com a modernização tecnológica do Programa Cesta de Vegetais: enquanto a primeira salvaguarda o território agrícola indispensável, o segundo traduz essa limitação em produtividade científica e pacificação social nas grandes cidades, amortecendo pressões inflacionárias e eliminando os riscos de revoltas urbanas que possam ameaçar o monopólio político do regime.

Finalmente, a pesquisa constatou que as bases dessa soberania territorial agrária se projetam externamente no tabuleiro internacional de modo complementar.



Ciente de que os limites ecológicos internos impõem tetos à autossuficiência absoluta, Pequim concebeu a Iniciativa da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative) e a internacionalização de suas corporações transnacionais estatais, como a COFCO, como a projeção global de sua estratégia de sobrevivência rural. Ao financiar imensos corredores de transporte, portos e ferrovias no Sul Global, a China estende transnacionalmente as suas fronteiras agrícolas de suprimento, diversificando fornecedores externos para mitigar os riscos de estrangulamento logístico e neutralizar o uso do alimento como arma de coerção (Food Power) por potências ocidentais rivais em cenários de fricção geopolítica.

Em suma, o modelo de economia socialista de mercado reconfigura as bases do poder contemporâneo ao demonstrar que a soberania nacional e a estabilidade hegemônica dependem, essencialmente, da constante reinvenção e defesa de suas bases camponesas. Ao amalgamar a estabilidade da posse da terra interna, o dirigismo estatal rígido de longo prazo e a expansão geoeconômica ultramarina, o Estado chinês transformou a gestão da terra num escudo de resiliência. A segurança alimentar desvela-se, portanto, como o próprio coração do projeto de poder de Pequim, constituindo o mecanismo político e material indispensável para assegurar a longevidade institucional, a autonomia estratégica e a própria sobrevivência regimental no século XXI.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 26 mar. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Acesso em: 26 mar. 2026.

ACHARYA, Amitav. **From heaven to earth: “cultural idealism” and “moral realism” as Chinese contributions to global international relations**. The Chinese Journal of International Politics, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 467–494, 2019. DOI: 10.1093/cjip/poz014. Acesso em: 26 mar. 2026.

ALVES, Rafael Queiroz. **A geopolítica da Belt and Road Initiative vista pela teoria de relações internacionais: um debate entre os realismos moral e ofensivo**. 2023. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2023. Acesso em: 26 mar. 2026.

BERTOLINI, Andréa Curiacos; REIS NETO, Stelito Assis dos. **Políticas de segurança alimentar como estratégia de segurança do Estado**. Brasília: Escola Superior de Defesa, 2022. Acesso em: 26 mar. 2026.

BORGES, Pâmela; GILIO, Leandro. **China: segurança alimentar e crescimento da demanda**

por alimentos. São Paulo: Insper Agro Global, jun. 2024. (Working Paper, n. 4/2024). Acesso em: 26 mar. 2026.

BORRELL, Juan José. **Food power: como as potências organizam a fome dos povos**. Nova Resistência, 16 set. 2021. Acesso em: 26 mar. 2026.

CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli. **A retórica da ascensão pacífica na política externa da China: o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 19 maio 2026.

CHEN, Xiaofu; YU, Guoxin. **The impact of urban–rural integration on food security: evidence from provincial panel data in China**. Sustainability, [S. l.], v. 16, 2024. Acesso em: 26 mar. 2026.

CHINA. National Bureau of Statistics of China. **National data**. Pequim, [2026]. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

CHINA. State Council Information Office of the People’s Republic of China. **Food security in China: China’s food security strategy in the new era**. Pequim: Foreign Languages Press, 2019. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2019-10/14/content_75301654.htm. Acesso em: 1 abr. 2026.

COSTA, Fernando Nogueira. **“PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO: LIÇÕES DA CHINA”**. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 29, n. 75, nov. 2024. DOI: 10.12660/cgpc.v29n75.2024.847075. Acesso em: 27 mai. 2026.

COSTA, Fernando Nogueira. **“China: Socialismo de Mercado ou Capitalismo de Estado?”**. 2021. Acesso em: 27 mai. 2026.

CUNHA, Luís. **A resiliência do Partido Comunista da China**. JANUS.NET, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 37–52, maio/out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.2>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DENNY, Danielle Mendes Thame et al. **Segurança alimentar e a governança econômica global**. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 14, n. 1, p. 319–323, 2017. Acesso em: 26 mar. 2026.

ESCHER, Fabiano. **A economia política do desenvolvimento rural na China: da questão agrária à questão agroalimentar**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 26, e222610, p. 1–29, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 maio 2026.



FAO. **FAOSTAT**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

FIGUEIREDO, Nicole; PAULA, Nilson Maciel de. **A soberania alimentar no contexto do regime alimentar neoliberal: um diálogo com a literatura**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 10, n. 19, 2021. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i19.13051. Acesso em: 26 mar. 2026.

GU, S. Z.; ZHANG, Y. J. **Food security in China**. In: AREA STUDIES – CHINA: Regional Sustainable Development Review. [S. l.]: EOLSS Publishers/UNESCO, [s. d.]. v. 1. Acesso em: 1 abr. 2026.

LAUDARES, Lorena; GOMES, Eduardo Rodrigues. **Das reformas de 1978 à China do século XXI: o papel da agricultura e do setor financeiro para o desenvolvimento chinês**. [S. l.], v. 3, n. 347, jun. 2024. DOI: 10.51861/ded.dmvqt.3.347. Acesso em: 1 abr. 2026.

LIANG, Xinyuan et al. **China 's food security situation and key questions in the new era: A perspective of farmland protection**. Journal of Geographical Sciences, v. 32, n. 6, p. 1001–1019, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/>. Acesso em: 19 maio 2026.

LIU, Yuman et al. **The vegetable industry in China: developments in policies, production, marketing and international trade**. The Hague: Agricultural Economics Research Institute (LEI), 2004. (Report, 6.04.14). Disponível em: <https://library.wur.nl/>. Acesso em: 19 maio 2026.

MERRIFIELD, Caroline. **Food safety, political legitimacy, and community in China**. AsiaGlobal Online, 16 ago. 2018. Acesso em: 26 mar. 2026.

MORAES, Antonio Carlos de. **O modelo de desenvolvimento chinês como alternativa às limitações do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Akademy, 2025. Acesso em: 19 maio 2026.

MUNIZ, Luciana Gama. **Segurança alimentar na China: oportunidades e impactos para o Brasil**. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Acesso em: 1 abr. 2026.

PEREIRA, Ana Beatriz. **As políticas de reformas econômicas de Deng Xiaoping**. São Paulo: Faculdades Oswaldo Cruz, 2021. Acesso em: 1 abr. 2026.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **Geopolítica do século XXI: a perspectiva chinesa do sistema internacional**. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77, p.

621–644, dez. 2020. DOI: 10.5007/2177-5230.2020v35n77p621. Acesso em: 1 abr. 2026.

SILVA, Samuel Cardoso da. **A entrada da China na OMC e os regimes alimentares internacionais**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2025. Acesso em: 1 abr. 2026.

SMIL, Vaclav. **China's great famine: 40 years later**. BMJ, [S. l.], v. 319, p. 1619–1621, dez. 1999. Acesso em: 1 abr. 2026.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA). **China traça estratégia para ampliar produção de grãos e reduzir dependência externa**. Rio de Janeiro, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://sna.agr.br/china-traca-estrategia-para-ampliar-producao-de-graos-e-reduzir-dependencia-externa/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. **"Desenvolvimento econômico e inserção internacional da China entre 2003 e 2012: uma perspectiva sistêmica"**. Tese de Doutorado, UNESP, 2023. Acesso em: 27 mai. 2026.

THEORYCHINA. **Comprehensively consolidating the foundation of food security to ensure that the Chinese people always have control over their own food supply**. 14 jul. 2023. Disponível em: http://www.theorychina.org.cn/English/Current_Focus/202307/t20230714_443224.shtml. Acesso em: 1 abr. 2026.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Produção do espaço, agricultura e alimentação: da revolução agrícola aos impérios alimentares**. Revista Formação (Online), v. 28, n. 53, p. 829–849, 2021. Acesso em: 1 abr. 2026.

XIAO, Jingxin; ZHANG, Yuan. **How has China maintained domestic food stability amid global food crisis?** World Economic Forum, [S. l.], 7 nov. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2022/11/china-domestic-food-stability-amid-global-food-crises/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

XINHUA. **Xi enfatiza garantir o fornecimento de produtos agrícolas essenciais e construir uma rede de seguridade social mais forte**. Pequim, 6 mar. 2022. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20220306/6d6c4293f7b24326b9f4e8b39417855a/c.html>. Acesso em: 1 abr. 2026.

ZHONG, Taiyang et al. **Achieving urban food security through a hybrid public-private food provisioning system: the case of Nanjing, China**. Food Security, [S. l.], 2019. Acesso em: 1 abr. 2026.